

**COMITÊ DE REGULAÇÃO**

**ATA Nº 042/2017, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2017 DA  
REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE REGULAÇÃO DA  
AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE  
E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS  
DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AGIR REALIZADA EM  
BLUMENAU/SC.**

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8 Aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezessete, de acordo com a convocação  
9 publicada no Diário Oficial dos Municípios, edição nº 2.172, página 818, de 19.01.2017, às 14  
10 horas, reuniu-se o Comitê de Regulação da AGIR, no Auditório Menor da Associação dos  
11 Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI, depois de verificada a presença dos conselheiros em  
12 número legal. A reunião contou com a presença dos seguintes Conselheiros Titulares: senhor Anísio  
13 Fantini, senhor Luiz Alberto de Souza, senhor Richard Buchinski, senhora Adriane Grätsch Thiem,  
14 senhora Sandra A. A. de Oliveira, senhor José Carlos Spengler, senhor José Vilson Brassiani, senhor  
15 Guilherme Schmidt Pimentel, e senhor Ricardo Alexandre da Silva; e dos Conselheiros Suplentes:  
16 senhora Lucia R. V. Zermiani, e senhor Ernâni Bolognini; da senhora Maria de Fátima Martins –  
17 Assessora Jurídica da AGIR, senhora Giovana Peron – Estagiária da AGIR, senhor Caio Barbosa de  
18 Carulice – Agente Administrativo Técnico da AGIR, senhora Ana Cláudia Hafemann – Agente  
19 Administrativa da AGIR, senhor Vitor Zanella Junior – Ouvidor da AGIR, senhor Ademir Manoel  
20 Gonçalves – Economista da AGIR, senhor André Domingos Goetzinger – Agente Administrativo da  
21 AGIR, senhor Raphael Santos Machado – Estagiário da AGIR, senhora Vanessa Fernanda Schmitt –  
22 Diretora Administrativa da AGIR, e senhor Luciano Gabriel Henning – Assessor Jurídico da AGIR.  
23 Os trabalhos desta Reunião Ordinária do Comitê de Regulação da AGIR foram iniciados pelo  
24 Presidente do Comitê de Regulação, senhor Ricardo Alexandre da Silva, que cumprimentou a todos  
25 os presentes, e designou a senhora Giovana Peron para secretariar os trabalhos. Em seguida, foi  
26 apresentada a Ordem do Dia, qual seja: 1 – Leitura e Aprovação da Ata Anterior; 2 – Relatório  
27 Ouvidoria; 3 – Relatório Procedimentos Administrativos e Técnicos; 4 – Consulta Pública para  
28 Resoluções Normativas; 5 – Assuntos Gerais. Referente à leitura e aprovação da ata da reunião  
29 anterior (item 1), ficou dispensada a leitura devido ao envio da ata por e-mail aos Conselheiros no  
30 dia dezesseis (16) de fevereiro do corrente ano, e em razão de não ter havido manifestações acerca  
31 do relatado, considerou-se a mesma aprovada. Na sequência, para tratar do item 2 da pauta  
32 (Relatório Ouvidoria), o Presidente do Comitê de Regulação da AGIR, senhor Ricardo Alexandre da  
33 Silva, passou a palavra ao senhor Vitor Zanella Junior, Ouvidor da AGIR, que apresentou os  
34 procedimentos da ouvidoria entre os meses de dezembro de 2016 e fevereiro de 2017, iniciando pelo  
35 Procedimento nº 031/2016 [Reclamação cobrança de tarifa de esgoto - R. Araxá, Blumenau (CDC  
36 3062)], informando que o usuário alegou que houve cobrança indevida da tarifa de esgoto, porém  
37 após verificação in loco constatou-se que a rede já estava disponível e a casa interligada, portanto a  
38 Diretoria Geral da AGIR expediu Decisão no sentido de não haver ilegalidade na cobrança. Em  
39 seguida, o Ouvidor da AGIR abordou o Procedimento nº 032/2016 (Acompanhamento de  
40 reclamações de água turva em Botuverá), informando que houve reclamações de turbidez na água  
41 no bairro Alto Pedras Grandes, onde o abastecimento é fornecido pela Prefeitura. Em contato com  
42 os responsáveis, foi informado à AGIR que houve uma parada no abastecimento, e quando este  
43 retornou houve desprendimento de algum resíduo que havia nas tubulações, porém foi realizada uma  
44 descarga na rede e a situação já está normalizada. Tratando do Procedimento nº 033/2017  
45 (Reclamação de água suja na Rua Braz Wanka, Vila Nova - SAMAE Blumenau), o senhor Vitor  
46 Zanella Junior informou que após interrupção no abastecimento, a água retornou turva. O SAMAE  
47 realizou descarga na rede e a situação foi normalizada. Já no Procedimento nº 034/2017  
48 (Adequações Call Center 115 – Blumenau), o Ouvidor da AGIR comentou que alguns usuários  
49 queixam-se por não conseguirem entrar em contato com o atendimento do SAMAE, informando que  
50 as ligações são redirecionadas para a prestadora de Joinville, sendo a ligação de celular, telefone

51 fixo ou público, e ainda informaram a impossibilidade de contato, e ouviam-se mensagens de que  
52 não seria possível completar a ligação. O SAMAE foi notificado para que tome as devidas  
53 providências para solução da questão. Em seguida, no Procedimento nº 035/2017 (Reclamação de  
54 falta de água em Guabiruba – CASAN), o senhor Vitor Zanella Junior informou que um morador do  
55 bairro Lajeado Baixo reclama de constantes paradas no abastecimento de água. Os técnicos da  
56 AGIR instalaram aparelho (data logger) na casa do reclamante para verificar a pressão na rede de  
57 água e a frequência das interrupções do abastecimento, e o equipamento será retirado no dia vinte e  
58 quatro (24) de fevereiro para verificação dos resultados. O Ouvidor da AGIR também abordou o  
59 Procedimento nº 036/2017 [Reclamação de ausência de comunicação de aviso de corte (CDC 8461)  
60 - SAMAE Blumenau], comentando que usuário queixou-se de ter havido corte sem aviso prévio na  
61 fatura, e foi enviado Ofício ao SAMAE solicitando manifestação acerca do caso. O senhor Vitor  
62 Zanella Junior comentou ainda acerca da realização do projeto “A AGIR Quer Ouvir Você” no  
63 Município de Gaspar no dia dezesseis (16) de fevereiro, ressaltando que foram concedidas  
64 entrevistas para a TV Gaspar e para a Rádio Sentinela do Vale, e informando que o próximo  
65 Município a receber o projeto será Rodeio, no dia três (03) de março. Dando seguimento aos  
66 trabalhos, o senhor Ricardo Alexandre da Silva prosseguiu ao item 3 (Relatórios Procedimentos  
67 Administrativos e Técnicos), passando a palavra à senhora Ana Claudia Hafemann, que apresentou  
68 os Procedimentos Administrativos abertos entre os dias quinze (15) de dezembro de 2016 e vinte  
69 (20) de fevereiro de 2017, iniciando pelo Procedimento nº 020/2016 (Análise da proposta de  
70 alteração do Regulamento dos serviços prestados pelo SAMAE de Blumenau e pela empresa  
71 Concessionária), informando que o texto está sob análise da AGIR para eventuais alterações de  
72 redação para melhor entendimento. Passando ao Procedimento nº 021/2017 (Reajuste tarifário anual  
73 dos serviços públicos de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos  
74 domiciliares no município de Brusque/SC, oriundo do Contrato de Concessão nº 195/2003, firmado  
75 entre a Concessionária Recicle Catarinense de Resíduos Ltda. e o município de Brusque/SC),  
76 comunicou que foi concedido reajuste de 6,29%, conforme índice acumulado do IPCA entre os  
77 meses de janeiro e dezembro de 2016. Abordando o Procedimento nº 022/2017 (Reajuste tarifário  
78 dos serviços públicos de esgotamento sanitário prestados pela Concessionária Odebrecht Ambiental  
79 – Blumenau S.A. no município de Blumenau/SC), comentou que está em fase de análise. Dando  
80 seguimento aos trabalhos, o Presidente do Comitê de Regulação da AGIR passou a palavra ao  
81 senhor Caio Barbosa de Carulice, para tratar dos Procedimentos Técnicos, onde este informou  
82 acerca do Procedimento nº 004/2016 (Processo de liberação da área para implantação da ETE -  
83 Itoupava) que visa acompanhar o processo de liberação de terreno para construção de uma nova  
84 estação de tratamento de esgoto no bairro Itoupava Central. Neste momento, o Conselheiro  
85 Guilherme S. Pimentel informou que há três terrenos em avaliação para execução da obra, e que foi  
86 solicitado auxílio da AGIR para intermediar a situação junto ao SAMAE de Blumenau, visto que o  
87 prazo para finalização da obra é 2019. Tomando a palavra novamente, o senhor Caio Barbosa de  
88 Carulice informou acerca dos Procedimentos abertos para acompanhamento da revisão dos Planos  
89 Municipais de Saneamento Básico dos catorze (14) municípios consorciados à AGIR, informando  
90 que todas as Prefeituras serão visitadas, e que haverá supervisão das metas de cada plano. Também  
91 comentou acerca do Procedimento nº 019/2017 (Rua Rudolfo Hollenweger, Bairro Garcia –  
92 Blumenau/SC), informando que a AGIR está mediando o conflito entre a Secretaria de Serviços  
93 Urbanos (SESUR) e Concessionária Odebrecht Ambiental, e que foram solicitados documentos de  
94 vistorias às entidades para averiguação dos responsáveis pela manutenção do pavimento que cedeu  
95 nesta via. Na sequência, o senhor Ricardo Alexandre da Silva, Presidente do Comitê de Regulação  
96 da AGIR, passou ao quarto item da pauta (Consulta Pública para Resoluções Normativas),  
97 informando que seriam apresentadas as alterações feitas na Resolução Normativa nº 006/2016 –  
98 Procedimentos para coleta, sistematização de dados e cálculo de indicadores, para avaliação da  
99 evolução de desempenho da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e  
100 esgotamento sanitário dos municípios reguladores pela AGIR; na Resolução Normativa nº 007/2016

101 – Procedimento e metodologia de cálculo de reajuste das tarifas e preços públicos a serem  
102 observados pelos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento  
103 sanitário, dos municípios consorciados à AGIR, quando do reajuste das tarifas e preços públicos de  
104 água e esgoto; e na Resolução Normativa nº 008/2016 – Procedimentos e metodologia de revisão  
105 tarifária a serem observados pelos prestadores dos serviços públicos de abastecimento de água e de  
106 esgotamento sanitário, dos municípios consorciados à AGIR, quando da revisão das tarifas de água e  
107 esgoto. Em seguida, passou a palavra ao senhor André Domingos Goetzinger, Agente  
108 Administrativo da AGIR, que iniciou a apresentação das alterações realizadas na Resolução  
109 Normativa nº 007/2016, tratando do artigo 9º, que aborda a publicidade da Decisão da Diretoria  
110 Geral, onde o texto foi alterado, possibilitando ao prestador acompanhar o procedimento em  
111 andamento. Posteriormente tratou do Anexo que aborda o índice para reajuste do valor de produtos  
112 químicos, informando que a probabilidade maior é de que o índice utilizado seja o IGPM, mas ainda  
113 será realizada mais uma análise para confirmação do uso. Seguindo no Anexo, já na questão de  
114 reajuste dos investimentos, ficou decidido que o índice a ser utilizado será o IGPM. Tratando da  
115 fórmula paramétrica, no quesito energia elétrica, será aplicado o indexador IEE (Índice de Energia  
116 Elétrica), utilizando o reajuste médio ao consumidor da prestadora do serviço da região, neste caso,  
117 a CELESC (Centrais Elétricas de Santa Catarina). Houve ainda uma breve discussão sobre compra  
118 de energia elétrica de fontes alternativas, o que reduz os gastos. Ainda com a palavra, o senhor  
119 André Domingos Goetzinger passou às alterações na Resolução Normativa nº 008/2016, tratando do  
120 artigo 9º, onde será incluso parágrafo que garante ao prestador o direito de acompanhamento do  
121 processo de revisão. No artigo 11, que trata da prática das alterações da revisão e sua publicação,  
122 ficou suprimida a obrigatoriedade de publicação em jornal. No item 1.1.1 do Anexo I, que trata de  
123 faturamento, será usada a mesma terminologia do Sistema Nacional de Informações sobre  
124 Saneamento (SNIS). No item 5.1 do Anexo I, que aborda a base de remuneração de ativos, o senhor  
125 André Domingos Goetzinger informou que serão utilizadas as normas contábeis e do Sistema  
126 Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), e que posteriormente será feita Resolução  
127 Normativa específica para este tema. Na sequência, iniciou a abordagem das alterações na  
128 Resolução Normativa nº 006/2016, informando que nesta nova análise foram levados em  
129 consideração os valores do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) do país, da  
130 região Sul, do estado de Santa Catarina, dos catorze municípios regulados pela AGIR, e do Plano  
131 Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB). Comentou também que as informações dos  
132 indicadores serão avaliadas dentro de um período de um (01) ano, e a Conselheira Sandra A. A de  
133 Oliveira questionou se os dados a serem enviados são de um ciclo fechado de doze (12) meses, ao  
134 que o senhor André Domingos Goetzinger confirmou, mas salientou que não necessariamente  
135 coincidirá com o calendário civil. A Conselheira Lucia R. V. Zermiani comentou que o texto  
136 também deve citar se o envio das informações é bimestral ou mensal, e após breve discussão, ficou  
137 acordado que pelo período de um (01) ano o envio das informações mensais será bimestral, podendo  
138 ser alterado posteriormente. No artigo 9º, o senhor André Domingos Goetzinger informou que não  
139 somente os Planos Municipais de Saneamento Básico podem ser levados em conta na avaliação dos  
140 indicadores, também é necessário considerar o Plano Nacional de Saneamento Básico, os Planos  
141 Plurianuais (PPA), Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Leis Orçamentárias (LO). Passando ao  
142 artigo 11, que trata do Relatório Anual de Indicadores da Prestação dos Serviços de Abastecimento  
143 de Água e de Esgotamento Sanitário, ficou acordado que as informações enviadas bimestralmente  
144 serão constantemente analisadas e validadas pela AGIR, e em ocorrendo algum caso de dúvida, o  
145 prestador será noticiado, possibilitando correções. Passando ao artigo 12, que trata do envio de  
146 informações sobre a contabilidade regulatória e dados do Sistema Nacional de Informações sobre  
147 Saneamento (SNIS), ficou acordado que o envio será bimestral no primeiro ano, podendo ser  
148 alterado posteriormente. O senhor André Domingos Goetzinger ainda falou que os dez (10)  
149 indicadores elencados pela AGIR e aplicados na fórmula paramétrica são modelos nacionais, e em  
150 alguns indicadores onde que não havia meta nacional ou no Sistema Nacional de Informações sobre

151 Saneamento (SNIS), a AGIR utilizou critérios próprios para avaliação. Visto que somente as metas  
152 dos indicadores é que poderiam ser alteradas, foi realizada uma nova divisão nos valores de medição  
153 dos indicadores, com maior escalonamento, e levando em conta a realidade da nossa região. A  
154 senhora Maria de Fátima Martins também apontou a utilização de novas nomenclaturas para a escala  
155 de grau de desempenho. Tratando dos números a serem considerados na fórmula paramétrica, a  
156 senhora Sandra A. A. de Oliveira questionou acerca dos casos de ruas de placa amarela, e o senhor  
157 André Domingos Goetzinger informou que se houver prestação de serviço, estas serão consideradas  
158 nos cálculos, conforme os termos da Instrução Normativa 24. Houve uma breve discussão entre os  
159 presentes acerca da publicação do ranking da classificação dos prestadores de serviço, e ficou  
160 acordado que nas disposições transitórias da Resolução Normativa nº 006/2016, estará previsto que  
161 este entrará em vigor somente no ano de 2019, quando serão iniciadas as publicações. Entretanto, os  
162 indicadores já serão utilizados a partir de 2018. A senhora Maria de Fátima Martins informou que,  
163 após as devidas alterações, correções e complementações nas Resoluções Normativas nº 006/2016,  
164 007/2016 e 008/2016, estas serão enviadas para nova Consulta Pública. Dando sequência aos  
165 trabalhos, no item 5 da pauta (Assuntos Gerais), o senhor Ricardo Alexandre da Silva,  
166 Presidente do Comitê de Regulação da AGIR, abriu palavra aos demais, e a senhora Vanessa  
167 Fernanda Schmitt informou acerca do processo de alteração do Protocolo de Intenções da  
168 AGIR, comentando que os projetos de lei já foram encaminhados às Câmaras de Vereadores dos  
169 municípios consorciados à AGIR, e que no Município de Blumenau a lei já está aprovada.  
170 Também comentou acerca da reunião com representantes da Prefeitura de Joinville e da  
171 Companhia Águas de Joinville, que estão em busca de um novo órgão regulador, e a AGIR está  
172 entre as opções de Agência. Também citou os contatos que a AGIR tem mantido com órgãos do  
173 Ceará, do Rio Grande do Norte e da Bahia, fomentando a atuação de consórcios públicos na  
174 área de regulação. Abordou ainda o aplicativo que está sendo desenvolvido para a AGIR, que  
175 será mais uma opção aos usuários dos serviços de saneamento básico para contatar a ouvidoria  
176 da Agência. Tomando a palavra novamente, o senhor Ricardo Alexandre da Silva apresentou a  
177 todos o senhor Ernâni Bolognini, que assumiu a vaga de Conselheiro Suplente aberta após a  
178 saída do senhor Jonas Luiz de Lima para atuar como vereador no Município de Indaial. Em  
179 seguida, o senhor Ernâni Bolognini cumprimentou a todos e assinou o termo de posse. O senhor  
180 Ricardo Alexandre da Silva informou ainda que a próxima reunião do Comitê de Regulação será  
181 no dia vinte e sete (27) de março. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente do Comitê de  
182 Regulação, deu por encerrados os trabalhos desta reunião ordinária, determinando que eu, Giovana  
183 Peron, secretária “ad hoc”, lavrasse a presente ata e que, depois de aprovada pelo Comitê de  
184 Regulação, será assinada e publicada nos termos estatutários.

185  
186  
187  
188  
189  
190

---

**Ricardo Alexandre da Silva**  
**Presidente do Comitê de Regulação**

---

**Giovana Peron**  
**Estagiária da AGIR e Secretária “ad hoc”**